

CRESCIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO

Ubiratan J. Iorio

"... cheguei à conclusão de que o maior serviço que ainda posso prestar ao meu semelhante é fazer com que os oradores e escritores se sintam profundamente envergonhados cada vez que empreguem o termo "justiça social".
(F.A. Hayek)

As questões da igualdade e da "justiça distributiva" (ou "justiça social"), por sua faculdade de mexer com emoções intuitivas, exercem um forte apelo sobre o espírito das pessoas, o que tem levado muitos a utilizarem-nas como argumentos para a defesa da intervenção estatal na ordem espontânea do mercado.

Não existe, em princípio, nada de imoral com relação à desigualdade, uma vez que os indivíduos são desiguais em suas disposições para o trabalho, habilidades, inteligências, posses familiares, sorte, etc. Mas estes fatores, que tendem, naturalmente, a provocar níveis desiguais de renda, costumam, contudo, ser reforçados, especialmente nas sociedades pobres, pelos efeitos de políticas econômicas equivocadas, tais como a inflação, a falta de acesso a oportunidades, os bloqueios à criatividade, os desestímulos à formação de capital (que reduzem os salários reais), a politização de questões econômicas (como a educação), etc. Estes últimos, sim, é que são imorais.

Aquela desigualdade natural, resultante da heterogeneidade existente entre os indivíduos, somada a essa desigualdade "artificial", característica das sociedades pobres, provocam a crença generalizada de que a "sociedade" - isto é, um ente holístico - deve ser responsabilizada pelas desigualdades existentes e que, como não poderia deixar de ser, o Estado (dotado, segundo se pensa, de onipotência, que pode fazer tudo o que desejar) deve corrigir a situação, favorecendo os menos afortunados, impondo a igualdade e promovendo a "justiça social", mediante políticas de redistribuição de renda.

Argumentações nessa linha, de tão intensamente utilizadas, transformaram a utopia da igualdade e a falácia a ela associada, a da "justiça social", em autênticas vacas sagradas, adoradas durante quase todo o século XX. Mais recentemente, com o dismantelamento da utopia ideológica e com o malogro do "Estado do Bem-Estar", incapaz de promover o próprio bem-estar, os advogados das teses igualitárias, à evidência da inexistência de qualquer onipotência filantrópica por parte do Estado, abrandaram o seu discurso, passando a sustentar que a "sociedade" não deve tolerar as desigualdades.

Daí, parte-se para dois tipos de argumentos. O primeiro é que, em uma sociedade em que muitos não podem ter suas necessidades básicas atendidas, não seria moralmente correto que se produzisse (e se consumisse) "bens de luxo". O segundo, que deriva do anterior, é que o melhor meio de ajudar os pobres seria pela via das políticas redistributivistas.

É evidente que a pobreza e, mais fortemente, a miséria mexem com nossos sentimentos caritativos; só que há dois argumentos contra essas teses

redistributivistas que são absolutamente irrefutáveis. O primeiro, de fundo ético, é que a caridade, para ser uma virtude - e de acordo com os ensinamentos de Cristo - deve ser voluntária, porque, quando ela nos é imposta, deixa de ser caridade: transforma-se em simples ajuda compulsória, sem qualquer valor espiritual. Como observou Rothbard, "o que os confiscos compulsórios logram é apenas matar inteiramente os desejos de caridade"⁽¹⁾. O segundo, de natureza econômica, é que as políticas redistributivistas, além de não serem o melhor meio de ajudar os pobres, sequer auxiliam os pobres; na verdade, elas prejudicam os pobres e os ricos, porque desestimulam a formação de riqueza.

A aceitação das idéias redistributivistas faz-se acompanhar de duas hipóteses que, conforme mostraremos em seguida, não são corretas: uma, é a existência de um "bolo nacional", que os burocratas teriam como missão distribuir e a outra é que as fatias desse bolo podem e devem ser determinadas previamente, também pelos burocratas.

A respeito dessa imensa guloseima, costuma-se associar duas teorias, apresentadas como mutuamente exclusivas. De um lado, há os que acreditam que se deve primeiro deixar o bolo crescer até atingir o seu tamanho máximo, para então distribuí-lo em fatias. De outro lado, há os que defendem que o bolo deve ser distribuído em pedaços uniformes, seja qual for o seu tamanho. O que fazer? Crescer para depois distribuir (como se acreditou nos anos 60 e 70 no Brasil) ou distribuir simplesmente, sem crescer (como se fez em Cuba, por exemplo)?

De acordo com a boa teoria econômica, a resposta correta é: nenhuma das duas opções acima! De fato, as fontes do crescimento que analisamos no capítulo anterior - tanto as econômicas, como o capital e o trabalho, quanto as que denominamos de "ambientais", que se traduzem pelos incentivos à criatividade - contêm elementos que operam tanto no sentido de contribuir para uma capacidade maior de geração de oferta, como no de redistribuir natural e espontaneamente os frutos do crescimento. **Sob uma ordem geral Nomos-Cosmos, crescimento e distribuição, antes de serem objetivos conflitantes, são subprodutos complementares. Daí, a opção correta ser a de crescer, distribuindo.**

Quando a formação de capital humano, especialmente mediante os investimentos em educação - formal e específica - ocorre com a devida importância, a identificação entre as forças desencadeadoras do crescimento e as geradoras da distribuição torna-se imediatamente visível⁽²⁾. Com efeito, conforme mostramos no capítulo 6, a formação de capital, provocando aumentos na demanda de trabalho, tende a elevar os salários reais nos setores em que ocorrem os investimentos, como simples consequência da lei da utilidade marginal. As políticas redistributivistas, ao desestimularem a acumulação de capital, contraem a demanda de trabalho e, portanto, reduzem os salários reais. Ao fixarem-se nos efeitos "que se vêem" e mantendo-se cegas em relação aos efeitos "que se devem prever" apontados por Bastiat, concentram a renda, ao invés de redistribuí-la.

Evidentemente, os investimentos em capital humano (educação, saúde, nutrição e migração), ao contribuírem para a elevação da produtividade do trabalho e sendo, por definição, gastos voltados para a formação de capital, ao mesmo tempo que deflagram o crescimento econômico, elevam os salários dos diferentes níveis de qualificação, já que tornam o trabalho em geral mais escasso. Portanto, constituem-se na maneira de se assegurar a simultaneidade entre o crescimento sustentado e a distribuição de renda.

Uma sociedade que investe em capital humano transforma o mero crescimento econômico, isto é, os aumentos contínuos na oferta, em algo com uma dimensão mais humana, que alguns preferem chamar de desenvolvimento "sócio"-econômico e outros, simplesmente, de desenvolvimento. O capital humano, na verdade, transforma em sinônimos os conceitos de crescimento e de desenvolvimento.

A exigência de um Estado fortemente atuante na área do capital humano - na educação, por exemplo - além de não ser incompatível com o liberalismo, é defendida por este, especialmente nas sociedades atrasadas, em que as desigualdades "artificiais" a que aludimos no início deste capítulo são extensas. Investir em capital humano é a solução liberal para os problemas da erradicação da miséria, da redução da pobreza e da distribuição menos desigual da riqueza e da renda; mais do que isso, é o caminho indicado, juntamente com a institucionalização de uma ordem liberal (Nomos-Cosmos), para a eliminação das vergonhosas desigualdades "artificiais", bem como para o crescimento sustentado.

A diferença entre os liberais e os intervencionistas é que, embora ambos sejam favoráveis aos investimentos em capital humano, os segundos costumam atribuir quase que exclusivamente ao Estado o dever de realizá-los, ao passo que os liberais preferem passar para o setor privado o seu encargo direto, deixando ao Estado uma participação indireta, embora de enorme importância.

Há, evidentemente, várias razões para isso. Tomemos, por exemplo, o caso da educação. A primeira, mais perceptível, é de natureza financeira: as escolas públicas são, em todo o mundo, mais "caras" do que as escolas privadas, em todos os níveis de ensino^(*), porque seus custos (funcionalismo, burocracia e administração) são, invariavelmente, mais elevados. A segunda é

(*) Se o leitor achar estranha esta afirmativa, pedimos-lhe que atente para o fato, pouco divulgado, de que não existe educação gratuita, uma vez que se trata de um bem econômico. Assim, alguém está pagando (o contribuinte) para que os matriculados nas escolas de 1º e 2º grau, nas universidades e nos cursos técnicos pertencentes às três esferas do Estado possam frequentar as aulas. que a centralização da educação no Estado, com suas secretarias municipais e estaduais e com seus conselhos e seu ministério encarregado do assunto, gera um poder de ingerência sobre os currículos que cerceia a liberdade de escolha dos estudantes (e, se for o caso, de seus responsáveis). No Brasil, país de dimensões gigantescas, esse problema é bastante aparente: em certas regiões do sul do país, por exemplo, aulas de italiano ou de alemão teriam grande demanda, ao passo que em outras regiões, como em São Paulo e na Bahia, as demandas por aulas de japonês ou de cultura africana seriam, respectivamente, mais fortes, o que mostra o erro de se adotar um só currículo. E a terceira, para não nos alongarmos muito, é que o controle da educação pelo Estado **politiza** uma questão que é, em sua essência, econômica. Conforme temos procurado enfatizar ao longo deste livro, isto é prejudicial para a sociedade, na medida em que a invasão do sistema político sobre o econômico, bem como sobre o moral-cultural, quebra a eficiência operacional dos três sistemas.

Por essas razões é que Friedman, em 1979, escrevia que "o papel crescente do governo no financiamento e administração da escolarização levou não só a enorme desperdício do dinheiro dos contribuintes, mas também a um sistema

educacional muito mais medíocre do que o que teria havido, se a cooperação voluntária tivesse continuado a nele desempenhar papel de maior vulto"⁽³⁾

Em um interessante e elucidativo trabalho, publicado em 1990, o Professor Oriovisto Guimarães corrobora, calcado em dados irrefutáveis, essas afirmações de Friedman, mostrando que elas são, por mais fortes razões, aplicáveis ao sistema educacional brasileiro⁽⁴⁾.

A solução para o problema da educação, que é cada vez mais grave em nosso país, passa necessariamente por alguns pontos, cujos sucessivos adiamentos, gerados pela visão paternalista que caracteriza nosso país e pela falta de disposição política para contrariar interesses que se alimentam da estrutura atual, só têm feito com que o quadro se agrave, com visíveis prejuízos para o crescimento e para a distribuição.

Primeiro, o Estado deve concentrar-se preferencialmente nos ensinos de primeiro e segundo grau, porém de forma indireta: a adoção de um sistema de cupões educacionais, gerenciados pelas escolas, pelas associações de pais, pelo sistema bancário e por representantes do Estado e pagos por este último, daria aos pais de todos os níveis de renda a liberdade para escolher as escolas onde seus filhos estudariam.

Segundo, é essencial que se retire do Estado o poder de comandar a educação, o que equivale a dizer que é preciso que esta questão seja **despolitizada**, passando a ser tratada como uma questão econômica, porque ela é, de fato, de natureza econômica. Isto envolve a extinção - ou, na pior das hipóteses, um forte enxugamento - dos "conselhos" federal, estaduais e municipais, bem como do ministério e das secretarias de educação, cuja concepção é pautada nos princípios do construtivismo racionalista que vimos na primeira parte deste livro e cujo efeito principal é o de abolir a liberdade de escolha que caracteriza as sociedades livres e verdadeiramente progressistas.

O que fazer com as escolas públicas? Parte delas pode ser privatizada e a outra parte mantida sob a propriedade do Estado, mas sendo sua administração entregue aos próprios professores, sob acompanhamento de comissões de pais. Sua manutenção seria feita com base na receita das mensalidades, provenientes dos cupões educacionais. E o seu controle seria feito não pela burocracia, mas pelo melhor mecanismo de controle existente, que é o **mercado**. Assim, as escolas bem administradas, com currículos adequados para as necessidades que a própria vida e a sua evolução necessariamente determinam, veriam aumentar a demanda por suas matrículas, passando, portanto, a remunerar melhor seus professores e funcionários. As escolas mal administradas, com currículos alheios ao que a comunidade em que se situa exige, ou com gastos excessivos em relação às suas receitas, seriam punidas pelo mercado: cairia a demanda de matrículas e elas teriam, sob pena de cerrarem as portas, que melhorar a qualidade de sua administração e de seus currículos, bem como que cortar seus gastos desnecessários.

Os salários dos professores, ao invés de serem determinados politicamente e de forma centralizada, como ocorre hoje, seriam resultantes do bom (ou do mau) desempenho de cada escola e de cada professor, sendo, portanto, determinados econômica e não politicamente e, obviamente, de maneira descentralizada. O "salário justo", como tivemos ocasião de mostrar no capítulo 7, é sempre aquele

que reflete o resultado das forças de mercado e não o que os sindicatos, ou os patrões, ou algum governador ou prefeito determinam extra-mercado.

Finalmente, no que se refere à educação superior, dois tipos de providências devem ser tomadas, com vistas à democratização de oportunidades e, conseqüentemente, à eliminação da situação atual, em que os impostos - pagos na maioria dos casos pelos mais pobres - destinam-se ao financiamento da educação superior dos ricos (para certificar-se disso, basta que o leitor observe a grande quantidade de automóveis novos estacionados em qualquer universidade federal ou estadual brasileira). As soluções são (a) um sistema de financiamento de empréstimos contingenciados, isto é, a serem reembolsados após a conclusão dos cursos e (b) um plano de cupões, tal como no caso do primeiro e do segundo graus.

Medidas como as assinaladas, encampadas pelos liberais, costumam ser acusadas de "utópicas" pelos que se esquecem de que a verdadeira utopia está em acreditar que o Estado, mediante a simples fixação de um percentual a ser destinado para a educação, em suas constituições (federal, estadual e municipal), poderá resolver satisfatoriamente a questão da educação, em um país em que o estoque de capital humano é **vergonhosamente** escasso. Definitivamente, a educação (assim como a saúde) não é uma simples questão de gastar-se mais: é de gastar-se mais e melhor, isto é, com eficiência. A proposta liberal, ao sugerir que o Estado gaste de forma indireta, assegura mais eficiência por cada cruzeiro dispendido. Educar não é construir escolas (principalmente quando elas são construídas com o objetivo de ganhar eleições): é garantir estímulos para o desenvolvimento de boas escolas e para a institucionalização da liberdade de escolha.

A eliminação das desigualdades "artificiais", que requer, juntamente com a priorização do capital humano, a existência de uma ordem geral que temos descrito como Nomos-Cosmos, é fundamental para o estabelecimento de uma sociedade efetivamente democrática no que diz respeito ao acesso às oportunidades. Isto é suficiente para resumirmos o que o liberalismo vê como moralmente defensável.

No entanto, para que se entenda que a solução liberal é a que melhor atende às necessidades humanas, precisamos jogar no lugar devido - isto é, na lata de lixo mais próxima - uma série de preconceitos contra o liberalismo, que têm sido incessantemente martelados nos ouvidos das pessoas pelos inimigos da liberdade. Três desses mitos são a "justiça social", os "direitos sociais" e o "progressismo".

Hayek, em seu derradeiro livro⁽⁵⁾, em um capítulo a que deu o sugestivo título de "Our Poisoned Language" (Nossa Linguagem Envenenada), com o objetivo de mostrar o quanto o adjetivo "social" tem de poder mágico, deu-se ao trabalho de enumerar 167 substantivos que costumam ser utilizados com essa mitológica palavra. Para certificarmos de que não houve qualquer exagero de sua parte, basta tomarmos algumas poucas palavras, por exemplo, "preocupação", "consciência", "política", "justiça" e "reforma" e verificarmos o quanto elas ganham em apelo ao lhes acrescentarmos o charmoso adjetivo... Da mesma forma, há as expressões "social democracia" e "liberalismo social" que, na melhor das hipóteses, não passam de pleonasmos, uma vez que, simplesmente, não existem nem uma "democracia não-social" nem um "liberalismo não-social". A democracia

e, principalmente, o liberalismo dispensam adjetivos. São o que são e ponto final. Mesmo porque a verdadeira caridade requer ação e não mero discurso.

Assim como não faz sentido um técnico de futebol ordenar aos seus jogadores que entrem em campo e vençam seus adversários por um determinado resultado (qualquer que seja esse resultado), porque a partida ainda vai ser disputada, também não tem qualquer cabimento a pretensão de determinar-se previamente os resultados do jogo econômico, que está sendo permanentemente disputado.

Daí a afirmativa de Hayek, de que "em um sistema em que cada indivíduo é livre para usar seus próprios conhecimentos em busca de seus próprios propósitos, o **desejo** de ninguém é capaz de determinar as rendas relativas: as "diferenças nas recompensas" não podem ser utilizadas de forma compreensível como "justas ou injustas"⁽⁶⁾. E, conforme complementa Shand⁽⁷⁾, mesmo nas economias mistas, isto é, nas chamadas "terceiras vias", não tem fundamento a crença de que as desigualdades existentes sejam fruto de decisões deliberadas por parte de alguém. De fato, o processo impessoal de mercado conduz a resultados que dependem de uma multiplicidade de circunstâncias que não podem ser criadas em sua totalidade por nenhuma pessoa ou grupo de maneira consciente.

Não é correto considerar a sociedade como se fosse um indivíduo cuja personalidade seja o somatório das pessoas que a formam. Este erro de tratar a sociedade como algo que possa pensar conduz a outra crença que Hayek desmistificou em diversas ocasiões, a de que possa existir uma base de acordo - isto é, um "pacto social" - quanto aos resultados gerais desejados pela "sociedade". Assim, "...a palavra "social" pressupõe a existência de objetivos comuns e conhecidos a guiar as atividades de uma comunidade, porém, não os define. Supõe-se apenas que a "sociedade" tem determinadas tarefas concretas que são conhecidas de todos e por todos reconhecidas; que à "sociedade" cabe conduzir os esforços de seus membros individuais para a realização dessas tarefas"⁽⁸⁾.

A "sociedade" - e isto, a esta altura, já deverá parecer óbvio para o leitor - não é um único indivíduo, o objetivo não é único e não existe acordo quanto a fins comuns a serem adotados. A aceitação de fins comuns exigiria uma nova moralidade, com a eleição da "justiça social" como valor moral supremo, o que iria requerer que o comportamento humano, ao invés de ser apenas restringido por regras gerais, como nossa moralidade determina, passasse a ser **conduzido** para determinado objetivo, eleito, obviamente, pelos planejadores, escondidos sob o disfarce de "representantes da vontade popular", ou ainda, "gestores do pacto".

E, assim como as regras do futebol não determinam o resultado de uma partida, também não podemos combinar as regras gerais do comportamento econômico com uma distribuição pré-estabelecida da riqueza ou da renda. Isto significa que não existe um "terceiro caminho" para a organização da economia: ou temos uma economia de mercado, em que os resultados não podem ser conhecidos a priori, ou uma economia totalmente planejada, em que um grupo específico detém o monopólio da emissão de comandos e ordens. Como vimos no capítulo 2, ou Nomos-Cosmos ou Thesis-Taxis. "Tertium non datur"!

A demanda contemporânea por "justiça social" pode ser perfeitamente comparada com a busca medieval do "preço justo". A igualdade plena, se atingida, significaria o fim das sociedades livres; além disso, paradoxalmente, exigiria a adoção de tratamentos desiguais para os diferentes indivíduos, porque eles são, por

definição, desiguais. Como, então, pode-se defender fins cujos meios lhes sejam antiéticos?

A vitória do liberalismo sobre as ideologias estatistas, de acordo com José Guilherme Merquior, é o resultado de longo prazo de um processo histórico bastante complexo, em que a sociedade humana caminhou em uma "dialética contínua, embora cambiante, entre o crescimento da liberdade e o ímpeto em direção a uma maior igualdade"⁽⁹⁾.

Isto nos lembra as teses de Ralf Dahrendorf, que esboçamos no capítulo 7, sobre o conflito social moderno, definido por Roberto Campos como "a disputa entre os que advogam maior "liberdade de escolha" e os que querem um maior "elenco de direitos"⁽¹⁰⁾, ou seja, como o conflito entre provimentos ou provisões ("provisions") e prerrogativas ou intitamentos ("entitlements"), ou entre crescimento e distribuição. Segundo o processo histórico descrito por Dahrendorf e resenhado bilhantemente por Merquior, a Revolução Industrial foi uma revolução de "provimentos", enquanto a Revolução Francesa foi uma revolução de "prerrogativas"; os partidos liberais e alguns partidos "conservadores" são partidos de "provimentos", ao passo que os partidos ditos de esquerda (e que se auto-proclamam como "progressistas") são partidos de "prerrogativas"; entre nós, o período da "Nova República" e seu subproduto, a Constituição de 1988, esquecendo-se dos "provimentos", exageraram nas "prerrogativas".

O perigo, no Brasil, é que, pela extensão de nossa crise - que denominamos na introdução de "superestaghiperinflação" - a demanda de provimentos aumenta a um ritmo alucinante, em decorrência da deterioração sócio-econômica. Assim, as autoridades são freqüentemente pressionadas a intervir no processo de mercado, para, de acordo com a visão anti-liberal, que ainda é forte entre nós, "corrigir distorções". Tais pressões costumam manifestar-se sob a forma do assistencialismo, do nacionalismo, do populismo, do protecionismo e do corporativismo, este um tanto mais complexo, uma vez que reúne "empresários" (ou, melhor dizendo, simples "homens de negócios", na nomenclatura de Kirzner que vimos no capítulo 3), sindicalistas e burocratas, alimentados pelos habituais economistas heterodoxos, "teólogos" da libertação e "intelectuais" que, ao que parece, não pensam, a não ser nos erros dos outros... O mal dos que se dizem "progressistas" é que eles não sabem que as chaves do progresso são a liberdade econômica, que incentiva a criatividade, o Estado de direito, que garante a moralidade do respeito aos direitos individuais e o capital humano, que promove a distribuição na largada e não na chegada.

Nossos "progressistas", ao defenderem a interferência do Estado para redistribuir a renda, somente para ficarmos em um exemplo, conseguiram produzir, apenas nos dez anos que decorreram entre 1982 e 1992, dezesseis "políticas salariais", cujo efeito foi o de agravar progressivamente a situação do trabalhador. Não são progressistas; são retrógrados ou, na melhor hipótese, "conservadores"...

Precisamos entender, no Brasil, que a liberdade econômica é uma das bases da moralidade, uma condição indispensável para as demais liberdades. A liberdade de trabalhar requer padrões morais definidos, que são a crença na responsabilidade individual e a aceitação de um sistema que recompensa materialmente os serviços do trabalho realizado por um indivíduo na razão direta do que eles oferecem para os demais. A ausência desses padrões morais e sua substituição por outros padrões (de necessidade "social") terminam destruindo a liberdade e, portanto, corroendo as bases de todos os valores morais ⁽¹¹⁾.

Precisamos, enfim, perceber - e como já é tempo! - que a chamada "social-democracia", sendo uma inconsistência lógica (pois, como vimos na primeira parte deste livro, ela tenta "ser e não ser" ao mesmo tempo, uma vez que é a favor da liberdade política e contra a liberdade econômica, o que é inconsistente, pois ambas as liberdades nada mais são do que expressões complementares da própria definição de liberdade), não conseguirá, mediante a interferência política nos problemas econômicos, dar solução satisfatória e duradoura para os últimos. Por isso, enquanto o Brasil insistir na "social-democracia" e em suas variantes, não conseguiremos crescer de forma sustentada nem, muito menos, "distribuir" melhor o crescimento.

Lembrando Hayek: "quando a política se transforma num cabo-de-guerra para fazer a partilha do bolo da renda, um governo decente é impossível"(12).